

CORITIBA SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL  
CNPJ nº 45.240.156/0001-88 NIRE 41300314951

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convidados os Senhores Acionistas da CORITIBA SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL, a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se, em primeira convocação, às 10 horas do dia 23 de abril de 2024, na modalidade SEMIPRESENCIAL, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Exame, discussão e votação do Relatório de Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (b) Destinação do resultado da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (c) Remuneração Global da Administração da Companhia; (d) Exame, discussão e votação do Regimento Interno do Conselho Fiscal; e (e) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia. Para os Acionistas que optarem por participar de forma presencial, a Reunião será realizada na sede da Companhia, localizada na Avenida João Gualberto, nº 1000, 5º andar, conjunto 501, Condomínio João Gualberto, Alto da Glória, CEP: 80.030-000, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Já, para os Acionistas que optarem por participar de forma remota, a Reunião ocorrerá simultaneamente por meio de plataforma online, conforme link enviado pela administração da Companhia aos Acionistas. Os Acionistas que participarem remotamente poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. Avisos: Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere os temas abordados na Ordem do Dia, conforme aviso publicado no dia 28.03.2024.

Curitiba/PR, 12 de abril de 2024.  
BRUNO LEVI D'ANCONA

SECCIONAL BRASIL S/A  
CNPJ 83.491.985/0001-22  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
CONVOCAÇÃO

São convocados os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 25 de abril de 2024 às 11:00 horas, na sede social, na Av. Juscelino K. de Oliveira, 4225 – CEP 81270-200 – CIC – Curitiba - Pr., a fim de deliberarem a seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição dos dividendos.

Joecy Wermelinger Araújo de Abreu  
Paulo Emmanuel de Abreu Junior

# Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte  
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 16/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code  
para acessar a página de Publicações Legais no portal do  
Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link:  
[https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)



Documento final gerado em 16/04/2024 10:07:40

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 23cfaee09ed8dcd2bfc37a14769a56f52379e7e663328cee3c8087eff725af58



#### Assinatura

**Assinado em:** 16/04/2024 10:07:48

**Tipo de assinatura:** Desenho na tela

**Assinante:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**CNPJ:** 09570162000130

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

**Identificador:** aa0220029a34ee9ceaa61a8a43695e31



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.14.41	<a href="#">-25.4345216,-49.2568576</a>	Curitiba	80060-160	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 123.0.0.0 / Windows



**Emitido por:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 983/2020. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: [validar.iti.gov.br](http://validar.iti.gov.br)

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.				
CNPJ: 29.740.261/0001-20				
Balço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de (Em milhares de Reais)				
Ativo	Nota	2023	2022	Nota
<b>Circulante</b>		<b>10.057</b>	<b>10.494</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	3.661	4.316	
Clientes	5	446	254	
Imposto a Recuperar	6	144	114	
Estoques	7	2.190	2.170	
Outros Créditos		121	178	
Despesas Antecipadas		140	107	
Ativo Financeiro	8	3.355	3.355	
<b>Não Circulante</b>		<b>146.183</b>	<b>151.838</b>	
Ativo Financeiro	8	92.254	95.609	
Imobilizado		17	9	
Intangível	9	53.912	56.220	
<b>Total do Ativo</b>		<b>156.240</b>	<b>162.332</b>	

Reservas de Lucros				
Capital Social	Adiant. Fut. Aum. de Capital Social	Reserva Legal	Lucros a Realizar	Lucros da Disposição da Assembleia
Em 31 de Dezembro de 2021	19.633	35.548	578	2.034
Destinação de Lucros CFM AGO	-	-	-	6.726
Estorno de Dividendos Obrigatórios - AGO	-	-	-	(6.726)
Adiant. Futuro Aumento de Capital Social - AFAC	-	-	-	2.242
Transferência para o Passivo não Circulante	-	2.769	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	334
Reserva Legal	-	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	-	4.764
Em 31 de Dezembro de 2022	19.633	35.548	912	11.002
Destinação de Lucros CFM AGO	-	-	-	4.764
Aumento de Capital CFM AGO	31.367	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	2.362
Reserva Legal	-	-	-	(118)
Dividendos Propostos	-	-	-	(562)
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	-	1.682
Em 31 de Dezembro de 2023	51.000	35.548	1.030	15.766

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nota 01 - Contexto Operacional:** A Assú Transmissora de Energia S.A. (Assú ou Companhia) é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica, iniciou suas atividades em 08 de fevereiro de 2018. É uma companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ sob nº 29.740.261/0001-20, e Escritura Pública de Constituição de Sociedade Anônima Fechada nº 0884-N, às folhas 212, sob a forma de subsidiária integral de Gesbe Participações S.A., com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Neerão, nº 2225, bairro Prado Velho, CEP 80230-150, na cidade de Curitiba, estado do Paraná. Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 05/2018, Lote 5 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 48, de 12 de março de 2018, seção 3, página 104, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 5 do Edital do Leilão nº 02/2017 - ANEEL - "Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão". A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do sistema interligado nacional, especificamente das instalações constituídas por: instalações de transmissão localizadas no estado do Rio Grande do Norte, compostas na subestação Açu III, pelos páios 500/230kV, 3º e 4º unidades de transformação - (+6+1 res) x 300 mva; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. São ainda de responsabilidade da Assú Transmissora de Energia S.A. a implementação de: trechos de Linhas de Transmissão em 230 kV, circuitos duplos, compreendidos entre a SE Açu III e os pontos de seccionamento de: Linha de Transmissão em 230kV Açu II - Mossoró II, primeiro circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açu II - Mossoró II, segundo circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açu II - Lagoa Nova II, primeiro circuito; as entradas de linha correspondentes na Subestação Açu III, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas das referidas linhas nas subestações Açu II, Mossoró II e Lagoa Nova II. A subestação de Açu III entrou em operação comercial em 22 de novembro de 2021, com o Termo de Liberação Provisória, sendo emitido os Termos de Liberação Definitivo no ano de 2022. Ao final do prazo da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à transmissão de energia elétrica passaram a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e, ainda, não amortizados. Estas demonstrações contábeis são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a companhia atua, e representam a posição patrimonial e financeira da companhia, em 31 de dezembro de 2023, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023. No dia 12 de março de 2024 foi concedida pela administração da companhia a autorização para emissão das demonstrações contábeis. **Nota 02 - Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As políticas contábeis materiais adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **Nota 03 - Políticas Contábeis Materiais:** **3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes:** No Balço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. **3.2 Compensações entre Contas:** Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação. **3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço. **3.4 Ativo Financeiro:** A Assú é titular de uma "concessão" e a infraestrutura não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. **3.4.1 Ativo Financeiro - Indenizável:** A remuneração da Companhia é garantida como um recebível relativo ao direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICP-01 Contratos de Concessão e orientação técnica DCP-05. O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizados pela Companhia. A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando a base de cálculo da tarifa de prestação de serviço de concessão, o que ocorrer primeiro. Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazos considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba as contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescida das avaliações monetárias, quando contratadas. **3.4.2 Ativo Financeiro - Não Indenizável:** Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que não serão indenizados pelo poder concedente. Os custos do Ativo Financeiro estão relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com a

Demonstração do Resultado do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de (Em milhares de Reais, Exceto Lucro por Ação)				
	Nota	2023	2022	
<b>Receita Operacional Líquida</b>	19	<b>18.816</b>	<b>19.808</b>	
(-) Custos do Ativo Financeiro		-	(4.470)	
(-) Custos Operacionais		(7.140)	(4.270)	
<b>Lucro Bruto</b>		<b>11.676</b>	<b>11.068</b>	
<i>Receitas (Despesas) Operacionais</i>		<i>(75)</i>	<i>(199)</i>	
Gerais e Administrativas		(75)	(199)	
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>11.601</b>	<b>10.869</b>	
<i>Resultado Financeiro</i>	20	<i>(8.498)</i>	<i>(3.560)</i>	
Receitas Financeiras		793	2.087	
Despesas Financeiras		(9.291)	(5.647)	
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>3.103</b>	<b>7.309</b>	
Contribuição Social - Diferida		35	(9)	
Imposto de Renda - Diferido		74	(11)	
Contribuição Social - Corrente		(283)	(299)	
Imposto de Renda - Corrente		(567)	(395)	
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>2.362</b>	<b>6.685</b>	
<b>Lucro por Ação:</b>		<b>0,046</b>	<b>0,340</b>	

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de - Método Indireto (Em milhares de Reais)				
	2023	2022		
<b>Das Atividades Operacionais</b>	<b>2.362</b>	<b>6.685</b>		
Resultado Líquido do Exercício	2.362	6.685		
Ajustado por:				
Amortização	4.983	2.365		
Obrigações Fiscais Diferidas	(109)	20		
Ajuste ao Valor Presente - Ativo Financeiro	680	(1.719)		
<b>Lucro Líquido do Exercício Ajustado</b>	<b>7.916</b>	<b>7.351</b>		
Clientes	(192)	(246)		
Impostos a Recuperar	(30)	(101)		
Estoques	(20)	(2.099)		
Despesas Antecipadas	(33)	54		
Outros Créditos	57	(177)		
<b>(Aumento) ou Diminuição do Ativo</b>	<b>(218)</b>	<b>(2.569)</b>		
Forneedores	(356)	(760)		
Obrigações Sociais	(16)	(47)		
Obrigações Fiscais	68	223		
Outras Obrigações	117	1.252		
<b>Aumento ou (Diminuição) do Passivo</b>	<b>(187)</b>	<b>668</b>		
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>7.511</b>	<b>5.450</b>		
<b>Das Atividades de Investimento</b>				
Constituição do Ativo Financeiro	-	(6.275)		
Aquisição de Imobilizados	(8)	(8)		
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento</b>	<b>(8)</b>	<b>(6.283)</b>		
<b>Das Atividades de Financiamento</b>				
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	(3.159)	2.769		
Dividendos Propostos/Estornados	(1.000)	-		
Operação de Empréstimos e Financiamentos	(3.999)	(598)		
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento</b>	<b>(8.158)</b>	<b>2.171</b>		
<b>Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(655)</b>	<b>1.338</b>		
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>4.316</b>	<b>2.978</b>		
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>3.661</b>	<b>4.316</b>		

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Nota 07 - Estoques:				
	2023	2022		
Materiais Sobressalentes	2.190	2.170		
<b>Total</b>	<b>2.190</b>	<b>2.170</b>		

Nota 08 - Ativo Financeiro: Síntese da movimentação do ativo financeiro:				
Taxa Média 31/12/2022				
Ponderação	Custo	Amortização	Saldo Inicial	
<b>Ativo Financeiro</b>	<b>(a.a.)</b>	<b>Histórico</b>	<b>Acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Ativo Financeiro	2%	83.364	(1.398)	81.966
Ajuste ao Valor Presente	4,00%	16.998	-	16.998
		<b>100.362</b>	<b>(1.398)</b>	<b>98.964</b>

Nota 09 - Ativo Intangível: Síntese da movimentação do ativo intangível:				
Taxa Média 31/12/2022				
Ponderação	Custo	Amortização	Saldo Inicial	
<b>Ativo Intangível</b>	<b>(a.a.)</b>	<b>Histórico</b>	<b>Acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Software	20,00%	164	(17)	147
Doações de Instalações	4,00%	57.023	(950)	56.073
		<b>57.187</b>	<b>(967)</b>	<b>56.220</b>

Nota 10 - Fornecedores:				
Taxa Média 31/12/2021				
Ponderação	Custo	Amortização	Saldo Inicial	
<b>Ativo Financeiro</b>	<b>(a.a.)</b>	<b>Histórico</b>	<b>Acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Ativo Financeiro	2%	134.112	-	134.112
Ajuste ao Valor Presente	4,00%	15.279	-	15.279
		<b>149.391</b>	<b>-</b>	<b>149.391</b>

**Transferidas** serão amortizadas em 300 parcelas iniciando-se em 08/2022 e findando-se próximo ao término do período da concessão. **Nota 10 - Fornecedores:**

	2023	2022
Fornecedores	1.262	1.618
<b>Total</b>	<b>1.262</b>	<b>1.618</b>
A Vencer em Até 30 Dias	1.262	1.618
<b>Total</b>	<b>1.262</b>	<b>1.618</b>
Em Reais R\$	1.262	1.618
<b>Em Reais R\$</b>	<b>1.262</b>	<b>1.618</b>

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia.

Nota 11 - Empréstimos e Financiamentos:				
Em 31 de Dezembro de 2023				
Modalidade	Juros	Garantia	Prazo	Vencimento
Banco do Nordeste	Financiamento 2,67% a.a. + IPCA	JRCS Ações da Cia.	3.838 72.432	De 1 a 5 anos
<b>Total</b>			<b>3.838</b>	<b>4.236 4.656 5.112 5.592 52.836 76.270</b>

Nota 12 - Obrigações Sociais:				
Em 31 de Dezembro de 2023				
Modalidade	Juros	Garantia	Prazo	Vencimento
Banco do Nordeste	Financiamento 2,67% a.a. + IPCA	JRCS Ações da Cia.	3.838 76.431	De 1 a 5 anos
<b>Total</b>			<b>3.838</b>	<b>4.236 4.656 5.112 5.592 56.835 80.269</b>

Nota 13 - Obrigações Fiscais:				
Em 31 de Dezembro de 2023				
Modalidade	Juros	Garantia	Prazo	Vencimento
Banco do Nordeste	Financiamento 2,67% a.a. + IPCA	JRCS Ações da Cia.	3.838 76.431	De 1 a 5 anos
<b>Total</b>			<b>3.838</b>	<b>4.236 4.656 5.112 5.592 56.835 80.269</b>

Nota 14 - Obrigações Sociais:				
Em 31 de Dezembro de 2023				
Modalidade	Juros	Garantia	Prazo	Vencimento
Banco do Nordeste	Financiamento 2,67% a.a. + IPCA	JRCS Ações da Cia.	3.838 76.431	De 1 a 5 anos
<b>Total</b>			<b>3.838</b>	<b>4.236 4.656 5.112 5.592 56.835 80.269</b>

Nota 15 - Obrigações Fiscais Diferidas:				
Em 31 de Dezembro de 2023				
Modalidade	Juros	Garantia	Prazo	Vencimento
Banco do Nordeste	Financiamento 2,67% a.a. + IPCA	JRCS Ações da Cia.	3.838 76.431	De 1 a 5 anos
<b>Total</b>			<b>3.838</b>	<b>4.236 4.656 5.112 5.592 56.835 80.269</b>

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Carlos de Loyola e Silva - Diretor

Paulo Roberto Studzinski - Contador - CRC PR 064678/0-1

Os Diretores e Acionistas: Assú Transmissora de Energia S.A. - Curitiba - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Assú Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Assú Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Base legal regulatória: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor". Os custos do Ativo Financeiro estão relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com a

opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 apresentadas comparativamente, foram anteriormente por nós auditadas conforme Relatório do Auditor Independente emitido em 15 de março de 2023, sem ressalvas. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre

a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações específicas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba (PR), 04 de abril de 2024

**MartineLLi** auditores  
**MartineLLi Auditores**  
 CRC (SC) nº 001.132/0-9

**Fabio Eduardo Lorenzon**  
 Contador - CRC (SC) nº 026.215/0-6

**A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2024**

**Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: [https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)**</

Documento final gerado em 16/04/2024 10:08:56

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>  
Identificador de validação: 0ce24bc9359f796a96c40c13fe5963c572cbc32afe06cbeea564a21f10844dd5



#### Assinatura

**Assinado em:** 16/04/2024 10:09:03

**Tipo de assinatura:** Desenho na tela

**Assinante:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**CNPJ:** 09570162000130

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

**Identificador:** faa46504f7cc3c9962d96a41c728cfc9



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.14.41	<a href="#">-25.4345216,-49.2568576</a>	Curitiba	80060-160	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 123.0.0.0 / Windows



**Emitido por:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 983/2020. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: [validar.iti.gov.br](http://validar.iti.gov.br)

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



**TURVO ENERGIA S.A.**  
 CNPJ.: 10.890.065/0001-03

Balço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de (Em milhares de Reais)							
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
<b>Circulante</b>		<b>264</b>	<b>1.170</b>	<b>Circulante</b>		<b>17.060</b>	<b>12.619</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	208	1.102	Fornecedores		44	231
Impostos a Recuperar		3	33	Empréstimos e Financiamentos	7	-	5.194
Outros Créditos		53	35	Obrigações Fiscais		187	262
<b>Não-Circulante</b>		<b>56.376</b>	<b>58.015</b>	Obrigações com Acionistas	8	16.829	6.932
Imobilizado	5	56.361	57.997	<b>Patrimônio Líquido</b>	9	<b>39.580</b>	<b>46.566</b>
Intangível	6	15	18	Capital Social		20.176	20.176
<b>Total do Ativo</b>		<b>56.640</b>	<b>59.185</b>	Reservas de Lucros		19.404	26.390
				<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>56.640</b>	<b>59.185</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados (Em milhares de Reais)						
	Capital Social	Retenções Lucros	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total
			Reserva Legal	Lucros à Disposição da Assembleia		
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>20.176</b>	<b>13.187</b>	<b>4.035</b>	<b>6.785</b>	<b>-</b>	<b>44.183</b>
Dividendos Complementares	-	-	-	(6.785)	-	(6.785)
Lucro do Exercício	-	-	-	-	12.222	12.222
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(3.054)	(3.054)
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	-	9.168	(9.168)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>20.176</b>	<b>13.187</b>	<b>4.035</b>	<b>9.168</b>	<b>-</b>	<b>46.566</b>
Dividendos Complementares	-	-	-	(9.168)	-	(9.168)
Lucro do Exercício	-	-	-	-	2.909	2.909
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(727)	(727)
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	-	2.182	(2.182)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>20.176</b>	<b>13.187</b>	<b>4.035</b>	<b>2.182</b>	<b>-</b>	<b>39.580</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023**  
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nota 01 - Informações Gerais:** A Turvo Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 10.890.065/0001-03, e NIRE - Número de Identificação do Registro de Empresas sob nº 4130007768-1. Está sediada na Rua Piquiri, nº 829, sala 02, Curitiba, Paraná. Com a Resolução Autorizativa nº 536, de 14 de outubro de 2003, a ANEEL autoriza o aproveitamento de potencial hidráulico denominado PCH Marco Baldo, e em 17 de agosto de 2010 com a Resolução Autorizativa nº 2.522, a ANEEL transfere para a Turvo Energia S.A. o direito de implantação, bem como do respectivo Sistema de Transmissão associado da PCH - Pequena Central Hidrelétrica Marco Baldo, entrada em operação comercial em 20 de maio de 2011 - despacha 2123 de 19 de maio de 2011 e exploração do negócio de energia elétrica, conforme discriminado abaixo:

Usina	Capacidade Instalada (MW)	Data da Autorização	Data de Vencimento
PCH - Marco Baldo	Turvo	15,58 14/10/2003	14/10/2033

Após o prazo da autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e, ainda, não amortizados. No dia 12 de março de 2024 foi concedida pela administração da empresa a autorização para emissão das demonstrações contábeis. **Nota 02 - Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As políticas contábeis materiais adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). **Nota 03 - Políticas Contábeis Materiais:** **3.1 Apuração de Resultado:** A receita de venda de energia é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a empresa, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços vendidos, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas. O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. **3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes:** No Balço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. **3.3 Compensações Entre Contas:** Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação. **3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem numerários em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez. **3.5 Contas a Receber:** As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais e/ou contratuais ajustadas ao valor provável de realização quando este for inferior. Não houve ajuste a valor presente em função dos valores a receber serem a curto prazo, e o efeito considerado como irrelevante. **3.6 Imobilizado:** O ativo imobilizado está apresentado contabilmente pelo custo de aquisição deduzido da depreciação/reintegração, que é calculada de acordo os as taxas definidas pela ANEEL. **3.6.1 Valor Recuperável de Ativos:** A realização de testes de recuperabilidade dos ativos ocorre nos termos da NBC T6 01 (R4), que aprovou o CPC 01, sempre que houver indicações internas ou externas de que estes possam estar desvalorizados. O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade para se identificar perdas por "impairment" anualmente ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por "impairment" é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Estes testes foram realizados de acordo com a metodologia de análise pelo valor de uso, com base na geração futura de caixa. O decreto nº 7.891, publicado em 23 de janeiro de 2013, que regulamenta a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, dispõe sobre redução dos encargos setoriais, a

modicidade tarifária e as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; assim como a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com outras providências sobre o setor de energia elétrica, não se aplicaram a Turvo Energia S.A., devido à existência de contratos firmados com os seus clientes. **3.6.2 Custo Atribuído:** Para fins de avaliação do imobilizado a geradora optou pela não aplicação do custo atribuído, considerando: (i) o método de custo, deduzindo de provisão para perdas; e (ii) o ativo imobilizado da geradora segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais, conforme resolução ANEEL 367/09 e alterações da Resolução 474/12 de 07 de fevereiro de 2012, consoante ao Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. **3.6.3 Depreciação/Reintegração:** A depreciação/reintegração é calculada pelo método linear de acordo com as taxas constantes nas tabelas anexas às Resoluções ANEEL nº 02 de 24/12/1997 e de nº 44 de 17/03/1999, alteradas pela Resolução 367/2009 e alterações 474/12. **3.7 Intangível:** O ativo intangível está apresentado contabilmente pelo custo de aquisição deduzido da amortização, que é calculada de acordo os as taxas definidas pela ANEEL. **3.8 Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata" dia. **3.9 Empréstimos e Financiamentos:** As obrigações são atualizadas pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos. **3.10 Regime de Tributação:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, sendo aplicados para esta Companhia, os critérios relativos às apurações baseadas no Lucro Presumido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos. **3.11 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:** A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são: (a) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (b) Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis; e (c) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa. **3.12 Dividendos:** A destinação para distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da companhia ao final do exercício, a qual será levada para aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. **3.13 Mensuração do Valor Justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.14 Instrumentos Financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros como

modicidade tarifária e as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; assim como a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com outras providências sobre o setor de energia elétrica, não se aplicaram a Turvo Energia S.A., devido à existência de contratos firmados com os seus clientes. **3.6.2 Custo Atribuído:** Para fins de avaliação do imobilizado a geradora optou pela não aplicação do custo atribuído, considerando: (i) o método de custo, deduzindo de provisão para perdas; e (ii) o ativo imobilizado da geradora segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais, conforme resolução ANEEL 367/09 e alterações da Resolução 474/12 de 07 de fevereiro de 2012, consoante ao Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. **3.6.3 Depreciação/Reintegração:** A depreciação/reintegração é calculada pelo método linear de acordo com as taxas constantes nas tabelas anexas às Resoluções ANEEL nº 02 de 24/12/1997 e de nº 44 de 17/03/1999, alteradas pela Resolução 367/2009 e alterações 474/12. **3.7 Intangível:** O ativo intangível está apresentado contabilmente pelo custo de aquisição deduzido da amortização, que é calculada de acordo os as taxas definidas pela ANEEL. **3.8 Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata" dia. **3.9 Empréstimos e Financiamentos:** As obrigações são atualizadas pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos. **3.10 Regime de Tributação:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, sendo aplicados para esta Companhia, os critérios relativos às apurações baseadas no Lucro Presumido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos. **3.11 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:** A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são: (a) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (b) Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis; e (c) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa. **3.12 Dividendos:** A destinação para distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da companhia ao final do exercício, a qual será levada para aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. **3.13 Mensuração do Valor Justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.14 Instrumentos Financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros como

modicidade tarifária e as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; assim como a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com outras providências sobre o setor de energia elétrica, não se aplicaram a Turvo Energia S.A., devido à existência de contratos firmados com os seus clientes. **3.6.2 Custo Atribuído:** Para fins de avaliação do imobilizado a geradora optou pela não aplicação do custo atribuído, considerando: (i) o método de custo, deduzindo de provisão para perdas; e (ii) o ativo imobilizado da geradora segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais, conforme resolução ANEEL 367/09 e alterações da Resolução 474/12 de 07 de fevereiro de 2012, consoante ao Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. **3.6.3 Depreciação/Reintegração:** A depreciação/reintegração é calculada pelo método linear de acordo com as taxas constantes nas tabelas anexas às Resoluções ANEEL nº 02 de 24/12/1997 e de nº 44 de 17/03/1999, alteradas pela Resolução 367/2009 e alterações 474/12. **3.7 Intangível:** O ativo intangível está apresentado contabilmente pelo custo de aquisição deduzido da amortização, que é calculada de acordo os as taxas definidas pela ANEEL. **3.8 Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata" dia. **3.9 Empréstimos e Financiamentos:** As obrigações são atualizadas pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos. **3.10 Regime de Tributação:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, sendo aplicados para esta Companhia, os critérios relativos às apurações baseadas no Lucro Presumido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos. **3.11 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:** A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são: (a) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (b) Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis; e (c) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa. **3.12 Dividendos:** A destinação para distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da companhia ao final do exercício, a qual será levada para aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. **3.13 Mensuração do Valor Justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.14 Instrumentos Financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros como

modicidade tarifária e as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; assim como a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com outras providências sobre o setor de energia elétrica, não se aplicaram a Turvo Energia S.A., devido à existência de contratos firmados com os seus clientes. **3.6.2 Custo Atribuído:** Para fins de avaliação do imobilizado a geradora optou pela não aplicação do custo atribuído, considerando: (i) o método de custo, deduzindo de provisão para perdas; e (ii) o ativo imobilizado da geradora segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais, conforme resolução ANEEL 367/09 e alterações da Resolução 474/12 de 07 de fevereiro de 2012, consoante ao Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. **3.6.3 Depreciação/Reintegração:** A depreciação/reintegração é calculada pelo método linear de acordo com as taxas constantes nas tabelas anexas às Resoluções ANEEL nº 02 de 24/12/1997 e de nº 44 de 17/03/1999, alteradas pela Resolução 367/2009 e alterações 474/12. **3.7 Intangível:** O ativo intangível está apresentado contabilmente pelo custo de aquisição deduzido da amortização, que é calculada de acordo os as taxas definidas pela ANEEL. **3.8 Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata" dia. **3.9 Empréstimos e Financiamentos:** As obrigações são atualizadas pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos. **3.10 Regime de Tributação:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, sendo aplicados para esta Companhia, os critérios relativos às apurações baseadas no Lucro Presumido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos. **3.11 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:** A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são: (a) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (b) Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis; e (c) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa. **3.12 Dividendos:** A destinação para distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da companhia ao final do exercício, a qual será levada para aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. **3.13 Mensuração do Valor Justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.14 Instrumentos Financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros como

modicidade tarifária e as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; assim como a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com outras providências sobre o setor de energia elétrica, não se aplicaram a Turvo Energia S.A., devido à existência de contratos firmados com os seus clientes. **3.6.2 Custo Atribuído:** Para fins de avaliação do imobilizado a geradora optou pela não aplicação do custo atribuído, considerando: (i) o método de custo, deduzindo de provisão para perdas; e (ii) o ativo imobilizado da geradora segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais, conforme resolução ANEEL 367/09 e alterações da Resolução 474/12 de 07 de fevereiro de 2012, consoante ao Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. **3.6.3 Depreciação/Reintegração:** A depreciação/reintegração é calculada pelo método linear de acordo com as taxas constantes nas tabelas anexas às Resoluções ANEEL nº 02 de 24/12/1997 e de nº 44 de 17/03/1999, alteradas pela Resolução 367/2009 e alterações 474/12. **3.7 Intangível:** O ativo intangível está apresentado contabilmente pelo custo de aquisição deduzido da amortização, que é calculada de acordo os as taxas definidas pela ANEEL. **3.8 Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata" dia. **3.9 Empréstimos e Financiamentos:** As obrigações são atualizadas pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos. **3.10 Regime de Tributação:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, sendo aplicados para esta Companhia, os critérios relativos às apurações baseadas no Lucro Presumido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos. **3.11 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:** A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são: (a) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (b) Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis; e (c) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa. **3.12 Dividendos:** A destinação para distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da companhia ao final do exercício, a qual será levada para aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. **3.13 Mensuração do Valor Justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.14 Instrumentos Financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros como

modicidade tarifária e as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; assim como a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com outras providências sobre o setor de energia elétrica, não se aplicaram a Turvo Energia S.A., devido à existência de contratos firmados com os seus clientes. **3.6.2 Custo Atribuído:** Para fins de avaliação do imobilizado a geradora optou pela não aplicação do custo atribuído, considerando: (i) o método de custo, deduzindo de provisão para perdas; e (ii) o ativo imobilizado da geradora segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais, conforme resolução ANEEL 367/09 e alterações da Resolução 474/12 de 07 de fevereiro de 2012, consoante ao Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. **3.6.3 Depreciação/Reintegração:** A depreciação/reintegração é calculada pelo método linear de acordo com as taxas constantes nas tabelas anexas às Resoluções ANEEL nº 02 de 24/12/1997 e de nº 44 de 17/03/1999, alteradas pela Resolução 367/2009 e alterações 474/12. **3.7 Intangível:** O ativo intangível está apresentado contabilmente pelo custo de aquisição deduzido da amortização, que é calculada de acordo os as taxas definidas pela ANEEL. **3.8 Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata" dia. **3.9 Empréstimos e Financiamentos:** As obrigações são atualizadas pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos. **3.10 Regime de Tributação:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, sendo aplicados para esta Companhia, os critérios relativos às apurações baseadas no Lucro Presumido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos. **3.11 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:** A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são: (a) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (b) Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis; e (c) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa. **3.12 Dividendos:** A destinação para distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da companhia ao final do exercício, a qual será levada para aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. **3.13 Mensuração do Valor Justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para

Documento final gerado em 16/04/2024 10:09:39

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 3cb8210650944c15629c7d170ff83e4b9ca88f65760cc12888ca870f0bb6a4ca



**Assinatura**

**Assinado em:** 16/04/2024 10:09:46

**Tipo de assinatura:** Desenho na tela

**Assinante:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**CNPJ:** 09570162000130

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

**Identificador:** 89a163dfa9968101eadde19dbddde3c6



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.14.41	<a href="#">-25.4345216,-49.2568576</a>	Curitiba	80060-160	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 123.0.0.0 / Windows



**Emitido por:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 983/2020. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: [validar.iti.gov.br](http://validar.iti.gov.br)

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



CN ENERGIA S.A. CNPJ 07.018.663/0001-82				Demonstração do Resultado do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de (Em milhares de Reais, Exceto Lucro por Ação)				Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de - Método Indireto (Em milhares de Reais)				
Balço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de (Em milhares de Reais)				Receita Operacional Líquida				Das Atividades Operacionais				
Ativo	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022
<b>Circulante</b>		<b>10.100</b>	<b>21.057</b>	<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>								
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	84	788	Circulante								
Contas a Receber de Clientes	5	2.452	-	Fornecedores	8	47	144	Lucro Líquido do Exercício			13.267	18.746
Impostos a Recuperar		268	136	Obrigações Fiscais	9	238	61	Ajustado por:				
Outros Créditos		19	81	Obrigações com Acionistas	10	3.317	4.687	Depreciação e Amortização			607	598
Dividendos Antecipados	10	7.277	20.052	<b>Não Circulante</b>				Provisão para Contingência			(7.000)	(8.808)
<b>Não Circulante</b>		<b>12.256</b>	<b>12.727</b>	Provisão para Contingências	11	1.449	8.449	<b>Lucro Líquido do Exercício Ajustado</b>			<b>6.874</b>	<b>10.536</b>
Imobilizado	6	12.241	12.709	<b>Patrimônio Líquido</b>				Créditos a receber			(2.452)	1.873
Intangível	7	15	18	Capital Social	12	17.305	20.443	Impostos a Recuperar			(132)	55
<b>Total do Ativo</b>		<b>22.356</b>	<b>33.784</b>	Reservas de Lucros		11.175	14.313	Outros Créditos			62	51
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis				<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>22.356</b>	<b>33.784</b>	<b>(Aumento) ou Diminuição do Ativo</b>			<b>(2.522)</b>	<b>1.979</b>
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados (Em milhares de Reais)</b>				Lucros Acumulados		89	1.033	Fornecedores			(97)	1
		Capital Social	Reserva p/ Contingências	Reserva Legal	Lucros da Assembleia	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total	Obrigações Fiscais			177	(238)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		6.130	1.190	1.225	3.235	-	11.780	<b>Aumento ou (Diminuição) do Passivo</b>			80	(237)
Dividendos Complementares cfm AGO		-	(1.190)	-	(5.396)	-	(5.396)	<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>			4.432	12.278
Reversão Reserva para contingências cfm AGE		-	-	-	-	18.746	18.746	<b>Das Atividades de Investimento</b>				
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	(4.687)	(4.687)	Aquisição de Imobilizado			(136)	(629)
Dividendos Propostos		-	-	-	-	14.059	(14.059)	<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento</b>			(136)	(629)
Lucros à Disposição da Assembleia		-	-	-	-	13.088	-	<b>Das Atividades de Financiamento</b>				
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		6.130	-	1.225	13.088	-	20.443	Dividendos Complementares/Propostos			(5.000)	(27.246)
Dividendos Complementares cfm AGO		-	-	-	-	(13.088)	(13.088)	<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento</b>			(5.000)	(27.246)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	13.267	13.267	<b>Atividades de Investimento</b>				
Dividendos Propostos		-	-	-	-	(3.317)	(3.317)	<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento</b>				
Lucros à Disposição da Assembleia		-	-	-	-	9.950	-	<b>Das Atividades de Financiamento</b>				
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		6.130	-	1.225	9.950	-	17.305	Dividendos Complementares/Propostos			(5.000)	(27.246)
As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis				<b>Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023</b> (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)								
<b>Nota 01 - Informações Gerais:</b> A CN Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 07.018.663/0001-82, e NIRE - Número de Identificação do Registro de Empresas sob nº 4330004466-7. Está sediada na Rua Piquiri, nº 829, Curitiba, Paraná, com uma Resolução Autorizativa nº 552, de 15 de dezembro de 2000, a ANEEL autoriza o aproveitamento de potencial hidráulico denominado PCH Carlos Gonzatto, e em 11 de novembro de 2005 com a Resolução Autorizativa nº 355, a ANEEL transfere para a CN Energia S.A. o direito de implantação, bem como do respectivo Sistema de Transmissão associado da PCH - Pequena Central Hidrelétrica Carlos Gonzatto. A PCH entrou em operação comercial em 01 de Abril de 2006 através do despacho 673 de 31 de março de 2006, para exploração do negócio de energia elétrica o qual previa vencimento final para 15 de dezembro 2030, porém, por meio da Resolução Autorizativa nº 14.896 de 10 de outubro de 2023, foi prorrogado o seu vencimento para 21 de julho de 2041. A extensão do prazo do empreendimento hidrelétrico participante do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, nos termos da Lei nº 12.203 de 08 de dezembro de 2020, possui o número do Processo de Outorga 48500.006712/00-29, conforme discriminado abaixo:				367/09 e alterações da Resolução 474/12 de 07 de fevereiro de 2012, conforme ato do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. <b>3.6.3 Depreciação/Reintegração:</b> A depreciação/reintegração é calculada pelo método linear de acordo com as taxas constantes nas tabelas anexas às Resoluções ANEEL nº 02 de 24/12/1997 e de nº 44 de 17/03/1999, alteradas pela Resolução 367/2009 e alterações 474/12. <b>3.7 Intangível:</b> O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição deduzidos da amortização que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel. <b>3.8 Passivo Circulante e Não Circulante:</b> Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando do aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata" dia. <b>3.9 Provisões:</b> As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. <b>3.10 Regime de Tributação:</b> O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, sendo aplicados para esta Companhia, os critérios relativos às apurações baseadas no Lucro Presumido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos. <b>3.11 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:</b> A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações contábeis são: (a) Provisão para perdas de liquidação duvidosas (PCLD); (b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis; e, (d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto à assessoria jurídica da empresa. <b>3.12 Dividendos:</b> A destinação para distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da companhia ao final do exercício, a qual será levada para aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. <b>3.13 Mensuração do Valor Justo:</b> A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e, • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos identificados a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia de valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. <b>3.14 Instrumentos Financeiros:</b> A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. <b>a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:</b> São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. <b>b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:</b> São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. <b>c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:</b> Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados								
<b>Nota 02 - Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis:</b> As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As políticas contábeis materiais adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). <b>Nota 03 - Políticas Contábeis Materiais:</b> <b>3.1 Apuração de Resultado:</b> A receita de venda de energia é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a empresa, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços vendidos, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas. O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. <b>3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes:</b> No Balço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. <b>3.3 Compensações Entre Contas:</b> Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação. <b>3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa:</b> São classificados como caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. <b>3.5 Contas a Receber:</b> As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais e/ou contratuais ajustado ao valor provável de realização quando este for inferior. Não houve ajuste à valor presente em função dos valores a receber serem a curto prazo, e o efeito considerado como irrelevante. <b>3.6 Imobilizados:</b> O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzidos da depreciação/reintegração que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel. <b>3.6.1 Valor Recuperável de Ativos:</b> A realização de testes de recuperabilidade dos ativos ocorreu nos termos da NBC TG 01 (R4), que aprovou o CPC 01, sempre que houver indicações internas ou externas de que estes possam estar desvalorizados. O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade para se identificar perdas por "impairment" anualmente ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por "impairment" é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Estes testes foram realizados de acordo com a metodologia de análise pelo valor de uso, com base na geração futura de caixa. O decreto nº 7.891, publicado em 23 de janeiro de 2013, que regulamenta a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, dispõe sobre redução dos encargos setoriais, a modicidade tarifária e as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; assim como a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com outras providências sobre o setor de energia elétrica, não se aplicaram a CN Energia S.A., devido à existência de contratos firmados com os seus clientes. <b>3.6.2 Custo Atribuído:</b> Para fins de avaliação do imobilizado a geradora optou pela não aplicação do custo atribuído, considerando: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas; e (ii) o ativo imobilizado da geradora segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais, conforme resolução ANEEL												
<b>Nota 04 - Caixa e Equivalentes de Caixa:</b> Bancos Conta Movimento 3 9 Aplicações Financeiras (i) 81 779 Total 84 788 (i) Aplicações Financeiras Banco Tipo Liquidez 2023 2022 Banco Itaú Renda Fixa Imediata 81 779 Total 81 779 <b>Nota 05 - Contas a Receber de Clientes:</b> Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras 2023 2022 Total 2.452 - No exercício de 2022, não havia valores a receber, devido ao acordo com a Eletrobrás, qual foi utilizado para quitar o saldo das contingências.				<b>Nota 06 - Imobilizado: Síntese da movimentação do ativo imobilizado:</b> Taxa média ponderada 31/12/2022 Custo Depreciação Valor Adições Baixas de Custo Depreciação Depreciação Histórico Acumulada Líquido 2023 2022 Terrenos 1.172 - 1.172 46 - - 1.218 - 1.218 Edificações/Instalações 2,00% 6.772 (3.019) 3.753 8 - (226) - 6.780 (3.245) 3.535 Máquinas e Equipamentos 10,00% 8.972 (4.551) 4.421 82 (2) (273) 2 9.052 (4.822) 4.230 Móveis e Utensílios 5,00% 58 (37) 21 - - (4) - 58 (41) 17 Reservatório Barragem 2,00% 5.024 (1.682) 3.342 - - (101) - 5.024 (1.783) 3.241 Total 21.998 (9.289) 12.709 136 (2) (604) 2 22.132 (9.891) 12.241 Ano Anterior: Taxa média ponderada 31/12/2021 Custo Depreciação Valor Adições Baixas de Custo Depreciação Depreciação Histórico Acumulada Líquido 2023 2022 Imobilizado 1.158 - 1.158 14 - - - 1.172 - 1.172 Terrenos 2,00% 6.317 (2.804) 3.513 455 - (215) - 6.772 (3.019) 3.753 Máquinas e Equipamentos 10,00% 8.828 (4.274) 4.554 144 - (277) - 8.972 (4.551) 4.421 Móveis e Utensílios 5,00% 42 (33) 9 16 - (4) - 58 (37) 21 Reservatório Barragem 2,00% 5.024 (1.582) 3.442 629 - (596) - 21.998 (9.289) 12.709 <b>Nota 07 - Intangível: Síntese da movimentação do ativo intangível:</b> Taxa média ponderada 31/12/2022 Custo Amortização Valor Adições Baixas de Amortização Amortização Histórico Acumulada Líquido 2023 2022 Intangível Software 20,00% 20 - (2) 18 (3) 20 (5) 15 Total 20 (2) 18 (3) 20 (5) 15 Ano Anterior: Taxa média ponderada 31/12/2021 Custo Amortização Valor Adições Baixas de Amortização Amortização Histórico Acumulada Líquido 2023 2022 Intangível Software 20,00% 20 - 20 (2) 20 (2) 18 Total 20 - 20 (2) 20 (2) 18 <b>Composição da contingência por ano:</b> Exercício Valor - R\$ 2015 - Provisão 1.942 2016 - Provisão 640 2017 - Provisão 3.797 2018 - Provisão 3.470 2019 - Provisão 1.397 2020 - Provisão 1.040 2021 - Provisão 4.971 2022 - Provisão 339 2022 - Estorno (9.147) 2023 - Estorno (7.000) Total 1.449 <b>Nota 12 - Patrimônio Líquido: a) Capital Social:</b> O Capital Social totalmente integralizado no valor de R\$ 6.130 (seis milhões, cento e trinta mil reais) é dividido em ações ordinárias, sem valor nominal, o qual em 31/12/2023 representa o montante de R\$ 6.130 (seis milhões, cento e trinta mil reais). <b>b) Proposta de Distribuição do Resultado:</b> Proposta de Distribuição de Resultados Lucro Líquido do Exercício 13.267 2022 Constituição da Reserva Legal - 5% (i) - 18.746 Saldo 13.267 18.746 Dividendo Mínimo Obrigatório - 25% (3.317) (4.687) Saldo de Resultado à Disposição da Assembleia 9.950 16.059 (i) A constituição da reserva legal já atingiu os 20% do montante do Capital Social. <b>Nota 13 - Receita Operacional Líquida:</b> 2023 2022 9.078 12.408 Receita Operacional Bruta 9.078 12.408 (-) Pis (59) (81) (-) Cofins (272) (372) (-) Deduções da Receita Bruta (331) (453) Receita Operacional Líquida 8.747 11.955 <b>Nota 14 - Outras Receitas e Despesas:</b> 2023 2022 Estorno de Provisão p/Contingências (i) 7.000 9.147 Outras Receitas 2023 2022 (-) Despesas Bancárias (6) (54) (-) Despesas Financeiras (6) (54) Resultado Financeiro 89 1.033 <b>Nota 16 - Cobertura de Seguros (Não Auditado):</b> A administração considera que o montante da cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações.								
<b>Nota 08 - Fornecedores:</b> 2023 2022 Fornecedores de Serviços 47 144 Total 47 144 <b>Aging List de Fornecedores:</b> Títulos a Vencer em até 60 dias 47 144 <b>Fornecedores de Serviços:</b> 47 144 O saldo de fornecedores estão descritos em Reais - R\$.				<b>Nota 09 - Obrigações Fiscais:</b> 2023 2022 IRPJ e CSLL sobre o Lucro Presumido 58 55 Impostos Federais Retidos 6 6 IRPJ e CSLL - Diferidos 80 - PIS e Cofins - Diferidos 94 - Total 238 61 <b>Nota 10 - Obrigações com Acionistas:</b> Durante o exercício de 2023 foram distribuídos de forma antecipada R\$ 7.277 (Sete milhões e duzentos e setenta e sete mil), estes dividendos serão encaminhados ao Conselho de Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2024. Ao término do exercício de 2023, foram provisionados o montante de R\$ 3.317 (Três milhões, trezentos e dezesseite mil), atende ao estatuto a título de dividendos obrigatórios o qual está sendo encaminhado ao Conselho de Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2024. <b>Nota 11 - Provisão para Contingências:</b> Em 30/01/2019 a CN Energia S.A. recebeu da Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras um comunicado que tratava-se da perda do efeito da Ação de Rito Ordinário que isentava a Eletrobrás da aplicação do Fator de Ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que equivale ao GSF (Generation Scaling Factor), o Conselho de Administração da CCEE, decidiu reverter as medidas adotadas com base na ação supracitada, com aplicação imediata na contabilização de setembro de 2018, com liquidação em 07/11/2018. A CN Energia S.A. provisionou entre 01/2018 e 09/2022 contingências passivas no montante de R\$ 17.601 (Dezesseite milhões, seiscentos e um mil). No início do mês 09/2022 a Eletrobrás apurou que a dívida líquida seria de R\$ 11.101 (Onze milhões e cento e um mil), neste momento foram estornados R\$ 6.501 (Seis milhões, quinhentos e um mil). Como parte da operacionalização do pagamento do ajuste relativo ao GSF pós perda da eficácia das ações judiciais, a ANEEL publicou a abertura da Audiência Pública nº 53, de 21 de novembro de 2018, para definição sobre o tema. Como resultado desta audiência, foi publicado o despacho nº 3.080, de 18 de dezembro de 2018, em que determina, dentre outras coisas, que a possibilidade de parcelamento deste passivo se daria apenas para as usinas que repectuaram o risco hidrológico. A CN Energia mantinha faturamento mensal via Proinf na valor de R\$ 1.674 (Um milhão, seiscentos e setenta e quatro mil), considerando que os meses de 09/2022, 10/2022, 11/2022 e 12/2022, somam R\$ 6.696 (Seis milhões, seiscentos e noventa e seis mil), estes valores deixaram de ser recebidos para compensação na dívida, este mesmo valor também foi estornado da conta de contingência. Restou saldo de R\$ 1.449 (Um milhão e quatrocentos e quarenta e nove mil) que devem ser liquidados durante o ano de 2024.								
Carlos de Loyola e Silva - Diretor				Paulo Roberto Studzinski - Contador - CRC PR 064678/0-1								

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 04 de abril de 2024

**Martinielli**  
Auditoria

Martinielli Auditores  
CRC (SC) nº 001.132/0-9

Fabio Eduardo Lorenzon  
Contador - CRC (SC) nº 026.215/0-6

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: [https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)

Documento final gerado em 16/04/2024 10:10:18

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 90236bf99364e4b88ad32e570ea6959458fe9e8abf05d84add6578eeab96a812



#### Assinatura

**Assinado em:** 16/04/2024 10:10:27

**Tipo de assinatura:** Desenho na tela

**Assinante:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**CNPJ:** 09570162000130

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

**Identificador:** 087dedfd01864bd9a12ee43a304d3195



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.14.41	<a href="#">-25.4345216,-49.2568576</a>	Curitiba	80060-160	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 123.0.0.0 / Windows



**Emitido por:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 983/2020. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: [validar.iti.gov.br](http://validar.iti.gov.br)

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



GUÁIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.			
CNPJ: 28.056.960/0001-92			
Balço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2023	2022
<b>Circulante</b>		<b>6.192</b>	<b>7.222</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	834	2.505
Clientes	5	630	324
Imposto a Recuperar	6	212	305
Estoques	7	766	556
Outros Créditos		205	42
Despesas Antecipadas		100	45
Ativo Financeiro	8	3.445	3.445
<b>Não Circulante</b>		<b>124.240</b>	<b>128.539</b>
Ativo Financeiro	8	104.724	108.168
Imobilizado		3	3
Intangível	9	19.513	20.368
<b>Total do Ativo</b>		<b>130.432</b>	<b>135.761</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados (Em milhares de Reais)						
	Capital Social	Adiant. Fut. de Capital Social	Aut. de Res. Legal	Reservas de Lucros		Patrimônio Líquido Total
				Lucros a Realizar	Lucros à disposição da Assembleia	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>85.000</b>	<b>28.289</b>	<b>1.969</b>	<b>7.698</b>	<b>1.969</b>	<b>123.599</b>
Constituição da Reserva de Lucros	-	-	-	4.669	-	-
Devolução de AFAC	-	-	-	-	-	(1.823)
Transferência para o Passivo não Circulante	-	-	-	(26.466)	-	(26.466)
Dividendos Complementares - AGO	-	-	-	-	(3.029)	(3.029)
Estorno de Dividendos Obrigatórios - AGO	-	-	-	1.556	-	1.556
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	22.044	22.044
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	-	(1.102)	-
Dividendos Propostos Obrigatórios	-	-	-	-	(5.236)	(5.236)
Dividendos Propostos Complementares	-	-	-	-	(12.450)	(12.450)
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	-	-	3.256	3.256
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>85.000</b>	<b>-</b>	<b>8.194</b>	<b>3.256</b>	<b>-</b>	<b>98.195</b>
Dividendos Complementares - AGO	-	-	-	(3.256)	-	(3.256)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	27.235	27.235
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	-	(1.362)	-
Dividendos Propostos Obrigatórios	-	-	-	-	(6.468)	(6.468)
Dividendos Propostos Complementares	-	-	-	-	(1.224)	(1.224)
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	-	-	18.181	18.181
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>85.000</b>	<b>-</b>	<b>8.194</b>	<b>18.181</b>	<b>-</b>	<b>114.482</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023**  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nota 01 - Contexto Operacional:** A Guáira Transmissora de Energia S.A. iniciou suas atividades em 19 de junho de 2017. É uma Companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ sob nº 28.056.960/0001-92, e Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE sob nº 41300297401, com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Negrão, nº 2226, Sala 2, bairro Reboças, CEP 80230-150, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 23/2017, Lote 2 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 168, de 28 de agosto de 2017, seção 3, página 110, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 2 do Edital do Leilão nº 05/2016 - ANEEL - "Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão". A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas por: LT 230 kV Guairá - Umuarama 108km; e SE 230/138kV Londrina Sul, 3 x 50 MVA. As Instalações de Transmissão estão localizadas no estado do Paraná, compostas pela Linha de Transmissão Guairá - Umuarama, segundo circuito, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 108 km, com origem na Subestação Guairá e término na Subestação Umuarama Sul; pela SE Londrina Sul, unidades de transformação 230/138 kV, 3 x 50 MVA com unidade reserva; módulos gerais, conexões de unidades de transformação, conexões de capacitores, estrada de linha, interligações de barramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Guairá ainda tem por responsabilidade: I - A implementação do remanejamento dos reatores 13,8kV na SE Guairá, pela distância aproximada de 400m, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações; II - A implementação de trechos de Linha de Transmissão em 230kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 4,5km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230kV LT Londrina (ESUL) - Apucarana C1, e Subestação Londrina Sul, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Londrina Sul, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das subestações Guairá x Umuarama entraram em operação comercial em 31 de janeiro de 2021, já a subestação Londrina entrou em operação comercial em 15 de dezembro de 2021, com o Termo de Liberação Provisória, sendo emitido os Termos de Liberação Definitivo no ano corrente de 2022. Ao final do prazo da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à transmissão de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e, ainda, não amortizados. Estas demonstrações contábeis são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a Companhia atua, e representam a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023. No dia 12 de março de 2024 foi concedida pela administração da Companhia a autorização para emissão das demonstrações contábeis. **Nota 02 - Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As políticas contábeis materiais adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). **Nota 03 - Políticas Contábeis Materiais:** 3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. 3.2 Compensações Entre Contas: Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação. 3.3 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço. 3.4 Ativo Financeiro: A Guairá é titular de uma "concessão" e a infraestrutura não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. 3.4.1 Ativo Financeiro - Indenizável: A remuneração da Companhia é garantida como o recebível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e orientação técnica OCPC 05. O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizados pela Companhia. A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando a base de cálculo da tarifa de prestação de serviço de concessão, o que ocorrer primeiro. Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba as contas a receber por

transmissão de energia faturada, acrescida das avaliações monetárias, quando contratadas. 3.4.2 Ativo Financeiro - Não Indenizável: Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que não serão indenizados pelo poder concedente. Os custos do Ativo Financeiro estão relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com a ANEEL até a data de sua conclusão. Quando extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de Serviço Público de Transmissão transferidos à Concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. 3.4.3 Contabilização de contrato de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC 30, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de derrogação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão. 3.4.4 Momento de reconhecimento do ativo financeiro: A Administração da Sociedade reconhece os ativos financeiros com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, e as amortizações se iniciam a partir do momento em que os respectivos ativos financeiros entram em operação. 3.4.5 Determinação de amortização periódica dos ativos financeiros oriundos dos contratos de concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos financeiros decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão, após o início das operações. 3.5 Receita de aplicação financeira: A receita de aplicação financeira é reconhecida em base pró-rata dia com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros. 3.6 Auração de resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. 3.7 Forma de tributação: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, sendo aplicados para esta Companhia, os critérios relativos às apurações baseadas no Lucro Presumido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos. 3.8 Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações com um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. 3.9 AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital: Os Aportes de capital foram efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC. 3.10 Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzidos da depreciação/reintegração que é calculada de acordo com as taxas definidas pela ANEEL. 3.11 Intangível: O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição deduzidos da amortização que é calculada de acordo com as taxas definidas pela ANEEL. 3.12 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis: A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia baseie as estimativas para registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das demonstrações contábeis. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem maior julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações contábeis são: (a) Provisão para perdas de liquidação duvidosa (PCLD); (b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis; e, (d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa. 3.13 Mensuração do Valor Justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo direta ou indiretamente observável; e Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas

Demonstração do Resultado do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de (Em milhares de Reais, Exceto Lucro por Ação)			
	Nota	2023	2022
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>17</b>	<b>36.439</b>
(-) Custos Ativo Financeiro		-	(660)
(-) Custos Operacionais		(8.021)	(6.352)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>28.418</b>	<b>22.314</b>
<i>Receitas (Despesas) Operacionais</i>		<i>(159)</i>	<i>(351)</i>
Gerais e Administrativas		(159)	(351)
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>28.259</b>	<b>21.963</b>
<i>Resultado Financeiro</i>		<i>18</i>	<i>303</i>
Receitas Financeiras		830	1.439
Despesas Financeiras		(527)	(243)
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>28.562</b>	<b>23.159</b>
Contribuição Social - Corrente		(487)	(382)
Imposto de Renda - Corrente		(946)	(736)
Contribuição Social - Diferido		14	34
Imposto de Renda - Diferido		14	72
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>27.235</b>	<b>22.044</b>
Lucro por Ação:		0,32	0,26

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Nota 04 - Caixa e Equivalentes de Caixa:		2023		2022	
		Saldo a vencer	até 90 dias	Saldo a vencer	até 90 dias
Caixa e bancos conta movimento		15	169	819	2.336
Aplicações financeiras de liquidez imediata		834	2.505	-	-
<b>Total</b>		<b>849</b>	<b>2.674</b>	<b>819</b>	<b>2.336</b>

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro.

**Nota 05 - Clientes:**

Cliente de uso da rede elétrica	Saldo a vencer	Vencidos até há mais de 90 dias		Vencidos 90 dias	
		2023	2022	2023	2022
Total	410	80	140	630	324
	410	80	140	630	324

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os AVC's - avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão. O saldo de clientes está demonstrado em Reais - R\$. A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia,

**Nota 08 - Ativo Financeiro:** Síntese da movimentação do ativo financeiro:

Ativo Financeiro	Taxa ponderada	(a.a.)	31/12/2022				Baixas de Ajuste a Valor Presente	Amortização	Custo	Amortização	Valor
			Histórico	Acumulada	Líquido	Adições					
Ativo Financeiro	2%	6,67%	106.811	(4.928)	101.883	-	-	106.811	(7.983)	98.828	
Ajuste ao Valor Presente	4,00%	-	9.730	-	9.730	-	(389)	9.730	(389)	9.341	
<b>Total</b>			<b>116.541</b>	<b>(4.928)</b>	<b>111.613</b>	<b>-</b>	<b>(389)</b>	<b>116.541</b>	<b>(8.372)</b>	<b>108.169</b>	

Ativo Financeiro	Taxa ponderada	(a.a.)	31/12/2021				Transferência para Intangível	Amortização	Custo	Amortização	Valor
			Histórico	Acumulada	Líquido	Adições					
Ativo Financeiro	2%	6,67%	124.277	(1.294)	122.983	3.060	-	106.811	(4.928)	101.883	
Ajuste ao Valor Presente	4,00%	-	8.926	-	8.926	-	804	9.730	-	9.730	
<b>Total</b>			<b>133.203</b>	<b>(1.294)</b>	<b>131.909</b>	<b>3.060</b>	<b>(20.526)</b>	<b>116.541</b>	<b>(4.928)</b>	<b>111.613</b>	

Ativo Financeiro - Circulante 3.445 3.445  
Ativo Financeiro - Não Circulante 104.724 108.168  
**Total 108.169 111.613**

A operação da Companhia se enquadra nas hipóteses previstas do ICPC-01 R1.

**Nota 09 - Ativo Intangível:** Síntese da movimentação do ativo intangível:

Intangível	Taxa média ponderada	(a.a.)	31/12/2022				Baixas de Ajuste a Valor Presente	Amortização	Custo	Amortização	Valor
			Histórico	Acumulada	Líquido	Adições					
Software	20,00%	-	205	(21)	184	-	-	205	(55)	150	
Doações de Instalações	4,00%	-	20.526	(342)	20.184	-	(821)	20.526	(1.163)	19.363	
<b>Total</b>			<b>20.731</b>	<b>(363)</b>	<b>20.368</b>	<b>-</b>	<b>(855)</b>	<b>20.731</b>	<b>(1.218)</b>	<b>19.513</b>	

Intangível	Taxa média ponderada	(a.a.)	31/12/2021				Transferência para Intangível	Amortização	Custo	Amortização	Valor
			Histórico	Acumulada	Líquido	Adições					
Software	20,00%	-	83	-	83	1	121	205	(21)	184	
Software e Andamento	0%	-	121	-	121	-	(121)	-	-	-	
Doações de Instalações	4,00%	-	-	-	-	-	20.526	(342)	20.526	(342)	
<b>Total</b>			<b>204</b>	<b>-</b>	<b>204</b>	<b>1</b>	<b>20.526</b>	<b>(363)</b>	<b>20.731</b>	<b>(363)</b>	

O contrato de concessão da Guáira prevê a responsabilidade pela implementação de alguns trechos, sendo: I - A implementação do remanejamento dos reatores 13,8kV na SE Guairá, pela distância aproximada de 400m, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações; II - A implementação de trechos de Linha de Transmissão em 230kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 4,5km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV LT Londrina (ESUL) - Apucarana C1, e Subestação Londrina Sul, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Londrina Sul, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das subestações Londrina (ESUL) e Apucarana. Após as conclusões das implantações os bens foram transferidos sem ônus às concessionárias de cada linha seccionada. Estas Instalações transferidas, serão amortizadas em 300 parcelas iniciando-se em 08/2022 e findar próximo ao término do período da concessão.

**Nota 10 - Fornecedores:** Saldo a vencer em 30 dias

Fornecedores	Saldo a vencer	2023	2022
Total	397	397	1.024
	397	397	1.024

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculadas às atividades da Companhia. O saldo de fornecedores está demonstrado em Reais - R\$.

**Nota 11 - Obrigações Fiscais:**

	2023	2022
INSS a Recolher	4	6
PIS/COFINS e CSLL retidos a Recolher	24	16
IRRF sobre Serviços a Recolher	6	6
ISS a Recolher	-	3
IRPJ a Recolher	232	289
CSLL a recolher	122	141
PIS a recolher	22	25
COFINS a Recolher	100	113
<b>Total</b>	<b>510</b>	<b>599</b>

**Nota 12 - Obrigações com Acionistas:**

	2023	2022
Dividendos prop		

Documento final gerado em 16/04/2024 10:11:07

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 11a8f18df349ac04205537f609875f63fd0334f663486159c50f1c0dac1a8437



#### Assinatura

**Assinado em:** 16/04/2024 10:11:15

**Tipo de assinatura:** Desenho na tela

**Assinante:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**CNPJ:** 09570162000130

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

**Identificador:** 992ab002fe3a3469e9e548367a5cd712



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.14.41	<a href="#">-25.4345216,-49.2568576</a>	Curitiba	80060-160	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 123.0.0.0 / Windows



**Emitido por:** Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**E-mail:** financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 983/2020. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: [validar.iti.gov.br](http://validar.iti.gov.br)

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

